

[Página principal](#)>[Encontrar um profissional da justiça](#)>[Peritos forenses](#)

## Peritos forenses

Como encontrar um perito forense nos países da UE

### Exames forenses — o que são?

Exames de um objeto ou de uma situação que exigem conhecimentos especializados num determinado domínio, realizados por um **perito forense** (também conhecido como cientista forense ou perito em ciências forenses). Os tipos e as qualificações podem divergir de país para país.

Tipos mais comuns:

Exame de impressões digitais

Análise do ADN

Exame de documentos

Exame pericial de grafologia

Informática forense

Medicina legal

Psiquiatria forense

Balística

Toxicologia forense

Análise dos solos

Análise de vidros e pintura

Análise de acidentes rodoviários.

Os peritos forenses *não* interpretam a lei nem examinam as modalidades da sua aplicação. Na maioria dos países da UE estão ao serviço de uma instituição pública de ciências forenses ou operam a nível privado.

### Obrigações e responsabilidades

A legislação nacional define as obrigações e as responsabilidades dos peritos forenses e estabelece o seu direito de realizar exames forenses. Na sua maioria, os países estabelecem requisitos (habilitações académicas, formação e/ou certificação) para o reconhecimento como perito forense e para a realização de exames forenses num determinado domínio.

Os resultados de uma análise forense são descritos em pormenor num **relatório pericial forense** (também conhecido por **parecer de perito**). No presente documento, os peritos forenses utilizam os resultados de um estudo científico ou o exame físico de um objeto ou de uma situação para fornecer respostas fundamentadas às perguntas formuladas pela pessoa responsável pelo processo (por exemplo, o investigador ou o Ministério Público) ou pelo juiz.

Os exames forenses podem ser realizados no contexto de um processo penal, administrativo ou civil, tanto no âmbito de um inquérito preliminar (normalmente a pedido do investigador ou do Ministério Público) como durante o inquérito judicial (a pedido do tribunal).

### Encontrar um perito forense

#### Áustria

**República Checa:** Não há qualquer base de dados de peritos forenses — os peritos trabalham geralmente no seio da polícia.

**Grécia:** Não existe um registo nacional oficial dos peritos forenses. Uma vez por ano, o tribunal de primeira instância emite uma decisão que inclui uma lista de todos os peritos. A referida lista contém dados pessoais, não podendo, por essa razão, ser publicada nem colocada à disposição do público e só pode ser utilizada pelos tribunais com o objetivo de facilitar os casos pendentes perante os mesmos.

**França:** Não existe um registo nacional dos peritos forenses. Os tribunais de cassação franceses (*Cour de Cassation*) publicam **listas de peritos** (que incluem todos os peritos judiciais, não apenas os peritos forenses) registados em cada tribunal de cassação.

#### Países Baixos

**Roménia:** Não existe atualmente na Roménia um registo oficial dos peritos forenses. No entanto, o Ministério da Justiça iniciou um projeto para criar um registo. Entretanto, o [Ministro da Justiça](#) tem uma lista em formato PDF disponível [aqui](#).

**Eslovénia:** Existe um registo de todos os peritos de todos os tribunais, que inclui os peritos forenses nacionais.

A **Letónia**, a **Estónia** e a **Lituânia** dispõem de um registo comum de peritos forenses - que pode ser consultado gratuitamente em inglês em:

[Interface da Letónia](#)

[Interface da Estónia](#)

[Interface da Lituânia](#)

Para mais informações, clicar [aqui](#) (497 KB)  (497 Kb) [en](#).

As informações relativas a outros países da UE estão disponíveis dentro em breve.

Última atualização: 17/11/2021

Manutenção da página: Comissão Europeia. As informações constantes desta página não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia. A Comissão declina toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Quanto às regras de direitos de autor aplicáveis às páginas europeias, queira consultar a «advertência jurídica».